

VOTO

O Senhor Ministro Edson Fachin (Relator) : Não assiste razão à parte agravante.

O entendimento desta Suprema Corte firmou-se no sentido de que a arguição de descumprimento de preceito fundamental fundada no art. 1º, parágrafo único, I, possui como requisitos processuais cumulativos a relevância constitucional da controvérsia e o critério da subsidiariedade, previsto no artigo 4º, §1º, da Lei 9.882/1999.

Na presente hipótese, afirma-se o juízo negativo de admissibilidade, pois se verifica a ausência de ambos os requisitos.

Diversamente do alegado pela parte agravante, não há falar em subsidiariedade presumida frente à inviabilidade do ajuizamento de outras ações de controle concentrado em face de atos normativos pré-constitucionais. Conforme já restou assentado, não é toda alegação de não recepção que encontrará na ADPF a via adequada de impugnação.

Deve haver um equilíbrio na compreensão do requisito da subsidiariedade, tendo em vista, especialmente, mas não exclusivamente, os demais processos objetivos.

Conforme entendimento iterativo desta Corte, meio eficaz de sanar a lesão é aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma “ampla, geral e imediata”. Na presente hipótese, a controvérsia já se encontra solvida nesses termos, o que é suficiente para afastar a subsidiariedade.

A jurisprudência dessa Corte já se manifestou acerca da recepção das disposições do Regimento Interno desse Supremo Tribunal Federal pela Constituição de 1988. Tratando especificamente do artigo 43 do Regimento Interno, a própria Advocacia-Geral da União, assim manifestou-se na ADPF 704, a qual foi extinta sob o mesmo fundamento, já havendo transitado em julgado:

“Por fim, cumpre ressaltar que a interpretação regimental é matéria sujeita ao juízo dos próprios integrantes do Tribunal. Acerca do dispositivo em exame, o Plenário desse Supremo Tribunal Federal

reconheceu, expressamente, a constitucionalidade do artigo 43 de seu Regimento Interno ao apreciar os pedidos formulados na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 572. “

Não há qualquer alteração fática ou normativa que justifique a necessidade nova deliberação pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão já decidida, ainda que incidentalmente, no julgamento da ADPF n. 572, de minha relatoria, j. 18.06.2020. Não se revelando mais nova ADPF como meio necessário e eficaz para sanar a lesividade alegada, não resta preenchido, portanto, o requisito da subsidiariedade.

No tocante à relevância da controvérsia constitucional, não se trata de uma exigência genérica, como tenta sustentar o agravante. Destaco por sua pertinência, trecho do voto proferido pela e. Ministra Rosa Weber, na ADPF 433-MC:

“O mero inconformismo das autoras com o conteúdo de determinada orientação jurisprudencial prevalecente nos Tribunais ou com o teor de eventuais enunciados sumulares não traduz situação caracterizadora de controvérsia judicial relevante, apta a justificar a instauração da arguição de descumprimento de preceito fundamental, pois indispensável, para esse propósito, a demonstração de dissenso interpretativo intenso em torno da aplicação dos preceitos fundamentais tidos por violados:

(...)

Vale acentuar que a instauração da arguição de preceito fundamental – assim como ocorre em relação à ação declaratória de constitucionalidade – pressupõe a existência de um estado de grave incerteza e insegurança sobre a legitimidade constitucional de uma determinada lei, motivado por decisões judiciais conflitantes e antagônicas proferidas por Tribunais distintos, de modo a vulnerar a presunção de constitucionalidade inerente ao ato legislativo contestado e criar um cenário de dúvida quanto à sua observância pelos próprios órgãos jurisdicionais:

(...)

A simples divergência de opiniões doutrinárias não torna concreta a existência de controvérsia judicial relevante na matéria, pois o dissenso entre posições dogmáticas, manifestado exclusivamente no plano das ideias, não traduz situação apta, por si só, a atingir direitos e interesses individuais juridicamente relevantes, tampouco representa conjuntura capaz de vulnerar princípios constitucionais dotados de fundamentalidade.(...)”

Esta Suprema Corte tem reiteradamente exigido que a parte autora se desincumba do ônus de caracterizar a matéria trazida em Arguição como controvérsia judicial relevante, para além de seu mero inconformismo.

Nos termos do e. Ministro Ricardo Lewandowski, *“a arguição de descumprimento de preceito fundamental configura instrumento de controle abstrato de constitucionalidade de normas, nos termos do art. 102, § 1º, da Constituição, combinado com o disposto na Lei 9.882, de 3 de dezembro 1999, que não pode ser utilizado para a solução de casos concretos, nem tampouco para desbordar os caminhos recursais ordinários ou outras medidas processuais para afrontar atos tidos como ilegais ou abusivos”* (ADPF 145, Pleno, DJe de 12.9.2017).

A propósito, também assim se manifestou o Ministro Teori Zavascki em decisão proferida na ADPF 95:

A despeito da sua maior abrangência, a Lei 9.882/99 traçou requisitos de admissibilidade específicos para o exercício desta nova ação constitucional, dentre os quais o (a) da relevância da controvérsia constitucional (art. 1º I, da Lei 9.882/99); e o (b) da regra da subsidiariedade (art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/99). Ambos possuem a finalidade de repelir o uso descriterioso da medida, impedindo que ela se dissocie de sua índole eminentemente objetiva para servir de atalho a pretensões subjetivas interessadas apenas na obtenção da prestação jurisdicional da maneira processualmente mais cômoda, o que banalizaria a vida da jurisdição concentrada.

O não preenchimento dos requisitos típicos da arguição de descumprimento de preceito fundamental – subsidiariedade e relevância da controvérsia – é suficiente para impedir seu conhecimento.

Ante o exposto, com fundamento no art. 4º, §1º, da Lei n. 9.882/99, nego provimento ao agravo regimental.

É como voto.